

# Comissão da Ordem Social terá o maior público

Chegam a Brasília caravanas lideradas por deputados estaduais e dirigentes sindicais

Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher

## Bisol muda para evitar polêmicas

Das 711 emendas encaminhadas à Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, o relator, senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), encampou cerca de 100, modificando 50 artigos do seu substitutivo inicial — um dos mais polêmicos da Assembleia Nacional Constituinte. Ao concluir o trabalho no início da noite de ontem, Bisol estava satisfeito e cansado, mas garantiu não ter ficado magoado com o bombardeio a que foi submetido o trabalho.

Estou mais preocupado com a modificação da sociedade brasileira e com a erradicação da pobreza absoluta do que com problemas e conceitos éticos e religiosos — desabafou o senador, ao lembrar que “às vezes as pessoas se sentem atingidas por palavras, e não por conceitos. Quando se muda a palavra, ainda que o conceito permaneça, fica tudo bem”. Essa, aliás, foi a tônica das alterações que o senador implantou em seu trabalho inicial, que após modificado deverá ser aprovado com menos dificuldade.

O senador José Paulo Bisol não tem ilusões: sabe que inúmeras emendas serão destacadas para votação em separado, o que deverá prolongar a votação, com início marcado para as 20h30 de hoje, até a noite de domingo. Em contrapartida, ele acredita que a essência do trabalho poderá passar sem maiores polêmicas, o que não aconteceria com o texto inicial, pois a idéia dos conservadores da comissão era simplesmente inutilizar o trabalho do relator, eliminando ou modificando artigo por artigo, através de emendas.

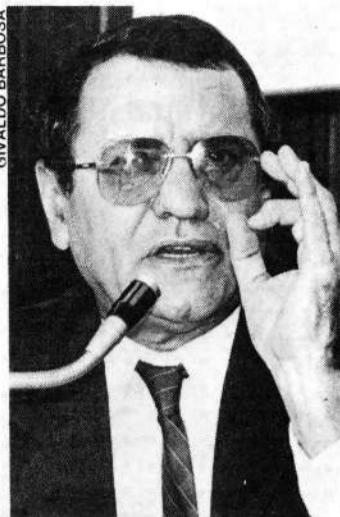
### MODIFICAÇÕES

José Paulo Bisol apontou algumas das modificações que fez no substitutivo: a questão da vida intrauterina — que os conservadores interpretaram como a liberação do aborto — simplesmente desapareceu do texto; o termo orientação sexual, que recebeu mais de 100 emendas, também sairá mas em seu lugar haverá uma expressão não revelada pelo senador que garantirá que ninguém será discriminado por ser homossexual; o direito de propriedade, tratado em um artigo específico, foi bastante modificado, atendendo a exigências dos conservadores. Bisol, no entanto, não abriu mão de alguns pontos que considera fundamentais: manteve a anistia o Tribunal de Garantias Constitucionais e a Defensoria do Povo, assim como o dispositivo que garante a realização de um programa, objetivando o fim da pobreza absoluta no País.

Nas últimas horas, além de trabalhar sobre as emendas apresentadas, o relator manteve contatos com diversos membros da comissão, especialmente os da ala conservadora. “Conversei com constituintes apaixonados e verifiquei que eles estavam presos a detalhes que, modificados, facilitarão a aprovação”, revelou. Por via das dúvidas, no entanto, a ala progressista da comissão continuou a se articular para aprovar o trabalho na íntegra e apenas votar em separado os destaques.

Segundo levantamento de alguns constituintes progressistas, dos 63 membros da Comissão, 32 seriam favoráveis a essa opção, o que de antemão já garantiria a aprovação do substitutivo. Mas os cálculos não são tão simples assim. Muitos constituintes, embora critiquem ou elogiem o trabalho de Bisol, poderão passar de um grupo ao outro, em função da questão que estiver sendo votada.

Virão à votação associações de trabalhadores, de domésticas, mulheres do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, entidades de defesa dos direitos do consumidor e dos direitos humanos. Para fazer frente a essa mobilização, os conservadores da Comissão também convocaram sua classe. Estarão presentes à votação representantes de igrejas evangélicas e de entidades contrárias ao texto de Bisol.



José Paulo Bisol, Artur da Távola e Almir Gabriel: relatores sob forte pressão

## Távola prevê votação difícil do seu parecer

“Cumpro o meu dever”, disse ontem o deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), relator da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esporte, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação ao revelar que apesar das alterações feitas em seu parecer está certo de que a sessão de votação será difícil, não demorará menos de sete horas e abrará uma luta feroz entre as correntes que defendem o trabalho e o capital.

Ele disse que sabe de um movimento para derrubar seu parecer e de iniciativas visando repetir o embate na Subcomissão de Ciência e Tecnologia, que consiste em votar emendas e parágrafos por destaque, criando ao final um texto diferente em tudo do que foi elaborado pelo relator. Mas, na sua opinião, “quem não morre não vê Deus” e, portanto, “vou pagar para ver até aonde chegam os radicalismos”.

Artur da Távola fez alterações no texto preliminar de forma a tornar menos rigoroso o conceito de escola filantrópica e sem fins lucrativos, permitindo que elas possam receber verbas oficiais destinadas à educação. Isso foi objeto de acordo e o relator espera contar com apoio para aprovar as demais questões polêmicas do restante do parecer.

Na área de Comunicação, disse o deputado que identificou uma aceitação majoritária do conselho que decidirá as concessões de rádio e televisão, mas teve dificuldades para definir sua composição, que pode ainda sofrer alterações a fim de assegurar sua aprovação. Contudo, negou que estivesse sendo pressionado por grupos econômicos do setor.

Falando a respeito do grupo de deputados que se mobiliza

Comissão da Família, Educação, Cultura e Esporte, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

para derrotar os artigos sobre comunicação, ciência, tecnologia e informática de seu parecer, Artur da Távola disse que trata-se de gente ativa e agressiva mas minoritária na comissão, onde não cre que haverá condições para votar nada que privilegie o capital e interesses que firmam as aspirações populares.

Apenas na questão da família não foi feita nenhuma modificação, mas o relator acabou reduzindo um pouco o texto inicial, com 55 artigos, e condensando os temas, de modo a não ser detalhista em excesso. Na parte do idoso, manteve o espírito original, mas remeteu à legislação ordinária os programas capazes de atender essa faixa populacional, numa mudança que resume o ponto de vista do ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães.

Num acordo firmado com o grupo evangélico, o relator alterou também aspectos sobre a censura, que permanece proibida, mas pune com maior rigor para aqueles que abusarem da liberdade. Com isso, Távola acha que garantiu mais votos favoráveis ao seu texto global e isolou os radicais, uma preocupação que vem manifestando desde o início das reuniões da comissão.

## Gadelha critica projeto

O excesso de detalhes dá idéia de imaturidade do País, de medo dos preceitos constitucionais não serem respeitados, comentou ontem o presidente da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), ao criticar o parecer do relator, Artur da Távola. Segundo Gadelha, o anteprojeto é longo demais, contraditório em alguns pontos, às vezes usa linguagem imprópria e trata duplamente matérias, como a censura.

Marcondes Gadelha fez questão de assinalar que mesmo assim reconhece grandes méritos no trabalho do relator, que procurou atender a todas as correntes de pensamento dos constituintes. A parte da família, na sua opinião, é irretocável, pois traz contribuições valiosas, precisas e requeridas pela sociedade. Citou como exemplo o reconhecimento das uniões estáveis, a eliminação das discriminações quanto aos filhos, o estímulo à adoção e a redução dos prazos de divórcio.

Em compensação, acha que a parte do idoso deveria ser limitada ao enunciado do artigo primeiro, pois não concorda com a aposentadoria aos 65 anos de idade, mesmo sem ter feito nenhuma contribuição, porque seria a falência do sistema previdenciário. O que ficaria no relatório assegura a

proteção do Estado e o amparo a esse grupo social.

Gadelha acha que há impropriedade de linguagem quando o relator fala em “sempre que possível” num artigo ainda sobre o idoso, pois não é uma expressão constitucional e significa mesmo é nunca. A contradição, apontou, está nos artigos 49 e 50, pois um proíbe os programas de controle da natalidade e o outro trata como obrigação do Estado colocar à disposição dos casais e da sociedade informações e meios sobre o mesmo assunto.

O pefelista paraibano faz reparos ainda à questão da educação, porque não admite que haja tratamento desigual entre categorias iguais, como as de ensino, cultura, ciência, pesquisa e tecnologia, que têm a mesma natureza e desafios iguais, mas com relação a recursos são discriminadas. Há verba para uma empresa privada produzir um filme e não há para escolas, criticou.

Está longo e repetitivo, prrsseguiu ainda o senador na sua apreciação do relatório, defendendo que a parte de educação e cultura precisa ser condensada. Ele lembra também a questão da censura, abordada nos artigos 20 e 45. E apóia a da informática, embora preferisse fazer pequenas alterações com vista ao futuro. Cita a reserva de mercado que é transitória: “Se não é essencial, serve para sensibilizar os opositores”.

## Governo tenta derrotar a anistia ampla

Sob fogo cerrado do Governo, as comissões de Ordem Social e de Direitos e Garantias do Homem e da Mulher votam a partir de hoje e possivelmente aprovarão duas propostas quase idênticas de concessão ampla, geral e irrestrita de anistia.

Na comissão de Ordem Social, o relator Almir Gabriel propõe anistia “a todos os que, no período compreendido entre 18 de setembro de 1946 a 1º de fevereiro de 1987”, foram punidos em decorrências de motivação política. Na Comissão de Direitos e Garantias Individuais o relator José Paulo Bisol praticamente só muda o prazo.

As duas propostas pretendem assegurar a reintegração dos anistados “com todos os direitos e vantagens inerentes ao efetivo exercício da atividade” e outras reparações.

Através de seus assessores e parlamentares aliados na Constituinte, o Governo tenta desde a fase de operação das subcomissões impedir a aprovação das propostas de anistia, incluídas agora nas disposições transitórias das duas comissões.

## Censura será votada hoje em duas comissões

Dois comissões temáticas da Assembleia Constituinte começam a definir, nas votações marcadas para hoje, quais os limites a serem adotados no País para a liberdade de expressão artística e cultural.

A censura é objeto de propostas do senador José Paulo Bisol, da Comissão de Soberania, Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, e do deputado Artur da Távola, relator da Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação.

Távola propõe que a Constituição assegure “a liberdade de expressão, criação, produção, circulação e difusão da arte e da cultura”. Em seu anteprojeto, o deputado pretende inscrever na nova Carta que “não haverá censura de qualquer espécie sobre livros, jornais, revistas e outros periódicos, filmes e vídeos, peças teatrais e outras formas de expressão e espetáculo cultural ou diversões públicas”.

## Serra e Severo tentam conter divergências

O deputado José Serra e o senador Severo Gomes, ambos do PMDB paulista, tentaram, ontem, mais uma vez contornar as divergências em torno de propostas básicas de economia e finanças para a nova Constituição.

Eles consumiram praticamente todo o horário de trabalho dos últimos dois dias tentando achar fórmulas que possibilitem a conciliação de interesses entre as correntes estatizantes e privatizantes que lutam pela aprovação de suas idéias nas comissões da Ordem Econômica e do Sistema Financeiro.

Conforme o depoimento de alguns constituintes mais próximos de Serra e de Severo Gomes, tudo está sendo feito para acalmar as posições mais radicais. O senador Severo Gomes, relator da Comissão da Ordem Econômica, ligações telefônicas para todos os deputados e senadores que integram a comissão, com o objetivo de chegar a um consenso mínimo.

E impossível prever se os esforços dos relatores chegarão ao objetivo que pretendem.

A Comissão da Ordem Social que entre as oito comissões do Congresso Constituinte bateu recorde na quantidade de emendas apresentadas, num total de 1.479, está sujeita a bater novo recorde: o de público. Caravanas de todos os estados não param de chegar a Brasília para acompanhar a votação do substitutivo da Comissão, elaborado pelo senador Almir Gabriel (PMDB/PA).

Cada estado cuidou de enviar seus representantes de sindicatos e entidades defensoras dos direitos trabalhistas, entre elas a CUT e a CGT. Sindicalistas e deputados estaduais do Paraná, Rio Grande do Sul e de Santa Catarina já estão na cidade, enquanto São Paulo promete ser o mais representativo estado presente à votação, incluindo caravanas enormes, mais especificamente da região do ABC paulista. O presidente da CUT, Jair Meneguelli, e o da CGT, Joaquim Santos Andrade, o Joaquinão, já confirmaram presença.

### VOTAÇÃO

Durante todo o dia de ontem, os constituintes se articulavam na busca de um sistema capaz de ordenar a votação. Das 1.479 emendas sujeitas a destaques, 60% são relacionadas aos direitos dos trabalhadores e servidores públicos; 30% relativas a saúde, segurança e meio ambiente e 10% relativas aos negros, populações indígenas, deficientes e minorias.

De acordo com o secretário da Comissão, Luiz Cláudio de Brito, o relator Almir Gabriel

demonstrou-se sensível às emendas que analisou e, apesar das divergências entre progressistas e conservadores, o trabalho esteve isento de pressões, pelo menos da parte dos constituintes. Segundo o presidente da Comissão, deputado Edme Tavares (PFL/PB), Almir aperfeiçoou ao máximo o relatório, “com os avanços que a sociedade espera, mas também com responsabilidade”.

### PRESSÕES EXISTEM

Ao contrário do que afirmam o presidente e o secretário da Comissão, senador Almir Gabriel sofreu muitas pressões, principalmente do Executivo, através do Ministério da Previdência e Assistência Social, fazendo com que o relator recusasse em alguns pontos considerações fundamentais, segundo o deputado Eduardo Jorge (PT/SP), autor de 70 emendas, das 1.479 apresentadas. O deputado disse que, em função desse tipo de pressão, fruto das articulações de Almir com as comissões da Ordem Econômica do Sistema Tributário, o relator excluiu do seu substitutivo, por exemplo, a universalização dos benefícios concedidos aos aposentados por tempo de serviço, velhice e invalidez, independentemente de contribuírem ou não para a Previdência.

Outra questão que mereceu atenção especial do parlamentar cujas emendas trataram dos direitos trabalhistas, saúde e segurança do Ministério da Saúde que hoje “não tem autonomia financeira para garantir o perfeito funcionamento do sis-

tema de saúde, já que o Ministério da Assistência e Previdência Social detém os recursos destinados às obras de assistência médica gratuita. A proposta do deputado é criar um Ministério da Reforma Sanitária, com a junção dos ministérios da Saúde e Previdência Social.

### INOVAÇÕES

Além de descartar grande parte das propostas cuidadosamente elaboradas pelas três subcomissões que compõem a Ordem Social, o relator Almir Gabriel introduziu no relatório um artigo que desagradou em grande parte os membros da comissão. O principal deles se refere a aplicação do capital estrangeiro na área do planejamento familiar, mediante simples autorização do Ministério da Saúde.

O senador estabeleceu a proibição à greve dos serviços essenciais, não inovando em nada a futura Carta, já que o artigo consta da Constituição vigente.

### DETALHAMENTO

Eduardo Jorge acrescentou que espera do relator uma revisão de suas proposições, e como exemplo, citou a seguridade social cujas fontes de recursos foram melhor detalhadas do que a seguridade com que conta hoje o trabalhador. Mas em troca disso, fixou a taxa das empresas pelo seu faturamento e não pelo lucro obtido como havia sido colocado pela Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores.